

DO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA EM QUE MENCIONA." PARECER: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 3148/2020; PROJETO DE LEI Nº 5898/2022, de autoria da Deputada Alana Passos, que "DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DO RISCO INERENTE À ATIVIDADE PROFISSIONAL DE VIGILANTE PATRIMONIAL DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA." PARECER: ANEXAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 5873/2022. Após discussão e votação, os pareceres foram aprovados. Continuando a leitura da pauta: PROJETO DE LEI Nº 1778/2023, de autoria dos Deputados YURI, Flavio Serafini, Marina Do MST, que "DISPÕE SOBRE OS INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO." PARECER do Deputado Rodrigo Amorim: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 7.923, de 20 de março de 2018; 8.625, de 18 de novembro de 2019) Durante a discussão, o Deputado Carlos solicitou vistas a esta proposição. O pedido foi aceito pelo Presidente. Continuando a leitura: PROJETO DE LEI Nº 2783/2020, de autoria do Deputado Waideck Carneiro, que "PROÍBE A INCLUSÃO DE ALIMENTOS EMBUTIDOS NA COMPOSIÇÃO DAS MERENDAS DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAIS, NA FORMA QUE MENCIONA." PARECER: INCONSTITUCIONALIDADE CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO SIMPLES; PROJETO DE LEI Nº 1220/2023, de autoria do Deputado Valdecy da Saúde, que "DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS POR CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." PARECER: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 7454, de 18 de outubro de 2022); PROJETO DE LEI Nº 3308/2020, de autoria do Deputado Danniell Librelon, que "INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." PARECER: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 8.625, de 18 de novembro de 2019); PROJETO DE LEI Nº 1471/2023, de autoria do Deputado Filipe Soares, que "CRIA A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS À POPULAÇÃO FLUMINENSE, REALIZAREM AVISO PRÉVIO DE 72H POR MEIO DE LIGAÇÃO, CONTATO DIGITAL, OU NOTIFICAÇÃO PRESENCIAL PARA SOMENTE APÓS A PLENA ANUÊNCIA DO CLIENTE REALIZAR O CORTE DO SERVIÇO POR FALTA DE PAGAMENTO." PARECER: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 8.695, de 23 de dezembro de 2019); PROJETO DE LEI Nº 3367/2020, de autoria do Deputado Danniell Librelon, que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "MENORES CONSCIENTES" COM A FINALIDADE DE INFORMAR E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIAS E ABUSOS SOFRIDOS." PARECER: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 9.116, de 30 de novembro de 2020); PROJETO DE LEI Nº 1229/2019, de autoria do Deputado Marcelo Dino, que "DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES DE REDE ELÉTRICA, DE TELEFONIA E DE INTERNETE DE AÉREA PARA SUBTERRÂNEA, NAS ÁREAS URBANAS, INDUSTRIAIS E RESIDENCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO." PARECER: PREJUDICABILIDADE (Lei nº 5.340, de 1º de dezembro de 2008). Após a discussão e votação, os pareceres foram aprovados. Em prosseguimento, o Presidente retirou de pauta, a pedido da autora, o PROJETO DE LEI Nº 755/2023, de autoria da Deputada Dani Balbi, que "PROÍBE A MANIPULAÇÃO, A FABRICAÇÃO, A IMPORTAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMARIA QUE CONTENHAM A ADIÇÃO INTENCIONAL DE MICROESFERAS DE PLÁSTICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Nada mais havendo a tratar, o Presidente Deputado Rodrigo Amorim suspendeu a reunião, para que fosse lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, sendo assinada por mim, Tatiana da Costa Guimarães, Secretária, matrícula 201.788-7, e pelo Senhor Presidente. A reunião foi encerrada às doze horas e trinta e sete minutos. Sala das Comissões, vinte de setembro de dois mil e vinte e três. (a) Tatiana da Costa Guimarães, Secretária; Deputado Rodrigo Amorim, Presidente

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se a primeira reunião ordinária da Comissão de Obras Públicas, por meios digitais, de acordo com o Art. 6º do Ato da Mesa Diretora "Nº/MD/Nº 651/2020, com a presença dos Senhores Deputados Guilherme Delaroli - Presidente, Cláudio Caiado - Vice-Presidente, Chico Machado, Douglas Ruas e Jorge Felipe Neto, membros efetivos deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, conforme convocação por edital publicado em 15.09.2023 no Diário Oficial, avocando as seguintes proposições, em 24.08.2023, o Projeto de Lei nº 4803/2021, do Deputado Gustavo Schmidt e, em 05.09.2023, o Projeto de Lei nº 5342/2022, da Deputada Martha Rocha. A seguir, o Senhor Presidente passou a presidência ao Deputado Cláudio Caiado e passou a ler seus pareceres: 1 - Projeto de Lei nº 4803/2021, do Deputado Gustavo Schmidt: parecer FAVORÁVEL. 2 - Projeto de Lei nº 5342/2022, da Deputada Martha Rocha: parecer FAVORÁVEL. Postos em discussão e votação em bloco, foram aprovados. Reassumindo a presidência, o Deputado Guilherme Delaroli agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, suspendeu os trabalhos para que eu, Anderson Pereira Abboud, Secretário ad hoc, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, encerrando-se a reunião às catorze horas e quarenta e cinco minutos. Sala das Comissões, em dezoito de setembro de dois mil e vinte e três. (a) Anderson Pereira Abboud - Secretário ad hoc; Deputado Guilherme Delaroli - Presidente.

COMISSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, na sala hum mil oitocentos e nove, do Edifício Lúcio Costa - Alerj reuniu-se a Comissão de Servidores Públicos, com a presença dos Senhores Deputados Martha Rocha, Presidente; Luiz Paulo, Vice-Presidente e Filipe Soares, membros efetivos deste órgão técnico. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 15ª Reunião Ordinária, conforme convocação por edital publicado em dezoito de setembro de dois mil e vinte e três. A seguir, a Senhora Presidente iniciou os trabalhos informando que a presente reunião tem por objetivo apreciar e votar os pareceres emitidos no período e deliberar uma audiência pública. Ato contínuo, a senhora Presidente solicitou que o Senhor Deputado Luiz Paulo, assumisse a presidência, para que, em obediência ao disposto no art. 40 do Regimento Interno, pudesse apresentar os pareceres de sua própria relatoria: Projeto de Lei nº 12/2023, de autoria do Deputado Rosenverg Reis, parecer FAVORÁVEL COM EMENDAS, Projeto de Lei nº 54/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Amorim, parecer FAVORÁVEL COM EMENDAS e o Projeto de Lei nº 562/2023, de autoria do Deputado Vinicius Cozzolino, parecer FAVORÁVEL COM EMENDAS. Posto em discussão e votação, os pareceres foram aprovados. Continuando, a Senhora Presidente passou a palavra para o Deputado Filipe Soares para apresentação de seu parecer: Projeto de Lei nº 665/2019, de autoria do Deputado Dr. Deodato, parecer FAVORÁVEL. Posto em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Por fim, a Senhora Presidente anunciou a matéria para deliberação, aprovando a proposta apresentada. Debate sobre o DEGASE - Autonomia, desvinculação e desafios para melhor atender por meio da socioeducação as crianças e jovens fluminenses, conforme Ofício GMDM nº 18382023, do Deputado Marcelo Dino. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e esforço de todos e deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, dezoito de setembro de dois mil e vinte e três. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, matrícula nº 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha, Presidente.

TEMPORÁRIAS

FRENTE PARLAMENTAR PRÓ-FERROVIAS FLUMINENSE

(REQUERIMENTO 23/2023)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às dez horas, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária da FRENTE PARLAMENTAR PRÓ-FERROVIAS FLUMINENSE, na sala mil, oitocentos e um do Edifício Lúcio Costa, sob a coordenação do Deputado Luiz Paulo, com a presença dos Deputados Lucinha, Martha Rocha e Jari, membros da Frente Parlamentar e dos senhores Fabrício Abílio Duarte de Moura (Presidente da Central Logística) e Eduardo Duprat (Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG). Havendo número regimental, o Deputado Luiz Paulo abriu os trabalhos e saudou todos os presentes. Em seguida procedeu com a leitura do edital de convocação informando que esta reunião teria como foco principal o debate sobre as mais diversas questões referentes a Ferrovia EF-118 (Rio de Janeiro - Vitória) como modelagem, traçados, inclusão no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES) e investimentos constantes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Prosseguindo com a palavra, o Coordenador, Deputado Luiz Paulo, destacou que até o dia 30 (trinta) do corrente mês o foco desta Frente Parlamentar será a questão do transporte e logística de cargas, pois nesta data a ALERJ receberá o Plano Plurianual (PPA). O objetivo, relatado pelo Coordenador, é que pela primeira vez no Estado do Rio de Janeiro, a logística do transporte de cargas seja incluída no PPA e também no PEDES. Em seguida, o Deputado Luiz Paulo, Coordenador da Frente Parlamentar, informou que seriam realizadas três apresentações nesta 2ª Reunião Ordinária. A primeira apresentação foi realizada pelo Sr. Eduardo Duprat, representante da SEPLAG, que destacou a relevância da infraestrutura logística vez que esta pode vir a representar desenvolvimento econômico e receita para os municípios. O representante da Secretaria de Planejamento e Gestão continuou sua fala deixando claro aos presentes que a EF-118 é a área ferroviária prioritária no PEDES. Em seguida, foi convidado o Sr. Carlos Miranda, também representando a SEPLAG para dar continuidade na apresentação. O Sr. Carlos Miranda informou que 7% das cargas movimentadas no Estado do Rio de Janeiro são de origem deste Estado, sendo os outros 93% vindos de outros Estados, principalmente Minas Gerais. Continuando a apresentação, o Sr. Carlos Miranda informou que a carga mais transportada no Estado do Rio de Janeiro é o minério de ferro que é oriundo do Estado de Minas Gerais. O representante da SEPLAG finalizou sua apresentação destacando que um objetivo que deve ser perseguido é que as ferrovias atendam aos setores do Estado do Rio de Janeiro, pois no momento elas estão atendendo muito mais a lógica econômica de outros estados. Em seguida, ainda representando a SEPLAG, a Sra. Luciana Leis apresentou estudo com a caracterização sócio econômica da atividade produtiva fluminense com a finalidade de tentar estimular políticas públicas que adensem a estrutura produtiva no entorno da Região Metropolitana. A segunda apresentação foi realizada pelo Sr. Bento José de Lima, da SYSFER, que iniciou destacando a importância da inclusão do transporte ferroviário de cargas no PPA e no PEDES. O Sr. Bento, destacou que a EF-103 está abandonada há cerca de 20 (vinte) anos e que não corresponde a necessidade de ligação para um porto tão importante como o Porto do Açu. Continuando, o Sr. Bento destacou a relevância da sua apresentação, o representante da SYSFER destacou que a EF-118 é considerada R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) por quilômetro. A última apresentação desta 2ª Institucional da Prumo Logística, empresa esta que desenvolve o Porto do Açu. A Sra. Bárbara trouxe uma visão geral sobre o Porto do Açu e de que forma este pode atuar para mudar o perfil de industrialização do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a expositora, o Porto do Açu é hoje o segundo maior porto do Brasil em movimentação de 2022, além de gerar mais de 7 (sete) mil empregos. Finalizadas as apresentações, o Deputado Luiz Paulo concedeu a palavra para a Deputada Martha Rocha que elogiou as exposições destacando que estas se complementam e farão com que esta Frente Parlamentar seja propositiva e venha apresentar estratégias para resolver o problema do transporte de cargas no Estado do Rio de Janeiro. A deputada abordou o tema do roubo e furto de cargas, opinando que este deve ser um assunto abordado nesta Frente Parlamentar. Por fim, a Deputada Martha Rocha elogiou a atuação do Poder Executivo em relação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES). A última Deputada a fazer uso da palavra foi a Deputada Lucinha que reclamou da subutilização do Porto de Itaguaí que necessita de investimento e geração de emprego e renda para a região. Após as falas dos Parlamentares presentes, o Deputado Luiz Paulo franqueou a palavra para aqueles que quisessem participar. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Sr. Luís Paulo Ferraz, Secretário-Executivo da Associação Mico Leão Dourado, que falou sobre a importância da Ferrovia EF-118, mas mostrou preocupação com a questão ambiental, em especial o trecho da Reserva Biológica do Poço das Antas e da Reserva Biológica União. Em seguida, o Sr. José Valente, Secretário de Transportes de Japeri, fez uso da palavra e destacou que, em sua opinião, a solução seria um consórcio público entre União, Estado e Municípios com o objetivo de facilitar a viabilização de recursos. O último a discursar foi o Sr. Mauro Osório que, em sua fala, destacou que esta Frente Parlamentar precisará atuar em conjunto com a máquina pública do Governo do Estado que se encontra fragilizada. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Coordenador, Deputado Luiz Paulo, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às treze horas. Sala das Comissões, quinze de setembro de dois mil e vinte e três. Deputado Luiz Paulo, Coordenador.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI - DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E FORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CIBERNÉTICA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 31/2023)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às dez horas, na sala mil oitocentos e oito do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 31/2023, para a realização da 9ª Reunião Ordinária, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com a presença da Senhora Deputada Índia Armelau - Relatora e do Senhor Deputado Luiz Paulo, membro efetivo da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente justificou as ausências das Senhoras Deputadas Tia Ju - Vice-Presidente, Dani Monteiro, Franciane Motta e Zeidan, em virtude de cumprimento de agenda externa. Após, informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião seria a realização de exposição e debate sobre o tema "Crimes Cibernéticos Praticados contra a Mulher", com a participação da Senhora Letícia Sabbatini Malta Amaral da Silva, Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Fluminense e autora do "Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais"; e do Dr. Rafael Nunes Wanderley, advogado, CEO da startup Direito Ágil e criador do aplicativo Web Maria da Penha Virtual. Em seguida, a Senhora Deputada Martha Rocha agradeceu a presença de todos e passou a palavra à Senhora Letícia Sabbatini, que fez uma exposição sobre o relatório "Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais", elaborado em conjunto com pesquisadores do Laboratório de Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração da Universidade Federal Fluminense (CoLAB/ UFF), a partir da coleta de menções a 79 Deputadas Federais e 12 Senadoras da 56ª Legislatura, no período de junho a dezembro de 2021, no Facebook, Instagram, Youtube e no X (antigo Twitter), com um recorte de 1.536 conteúdos extraídos de uma base de 4 milhões de mensagens, sendo que 9% destas continham violência discursiva. Em sua fala, a Senhora Letícia Sabbatini relatou que

os discursos ofensivos contra as mulheres têm um teor voltado para o lado da sexualidade, do corpo e da família, e que as plataformas não disponibilizam os dados, impossibilitando traçar um perfil dos casos de violência política contra as mulheres e até mesmo a responsabilização dessas empresas. Na sequência, a Senhora Presidente agradeceu, fez suas considerações sobre a apresentação e passou a palavra aos demais membros da Comissão, que fizeram suas colocações. Prosseguindo, a Senhora Presidente passou a palavra ao Dr. Rafael Wanderley, que fez uma exposição sobre o aplicativo Maria da Penha Virtual, criado em 2020, durante a Pandemia, por um grupo de estudos da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de facilitar o acesso a medidas protetivas por parte das mulheres, focando na usabilidade do serviço, que não precisa ser baixado no celular, e na acessibilidade. Em sua fala, o Dr. Rafael Wanderley destacou a parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para a implantação do aplicativo na Capital, com a expansão para todo o Estado em 2022, além do aumento do número de pedidos de medidas protetivas pelo aplicativo, que saltou de mais de 600, em 2021, para 1.939 pedidos em 2022, e 1.619 solicitações somente nos seis primeiros meses deste ano, com a maior parte dos acessos ocorrendo na Região da Leopoldina, como o Complexo da Maré e o Complexo do Alemão. Na sequência, a Senhora Presidente agradeceu, fez as suas considerações sobre a apresentação e passou a palavra aos demais membros da Comissão, que fizeram suas colocações. Após, o Senhor Deputado Luiz Paulo sugeriu que Comissão convidasse a Desembargadora Adriana Ramos de Mello, Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), para fazer uma exposição sobre a efetividade dos pedidos de medidas protetivas feitos pelo aplicativo Maria da Penha Virtual, e solicitou ao Dr. Rafael Wanderley que sugerisse como poderia ser regulamentada a lei que trata da divulgação do aplicativo Maria da Penha Virtual. Com a palavra, o Dr. Rafael Wanderley falou que poderia ser feito um decreto, dispondo sobre os critérios de divulgação do aplicativo. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente Reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=m6P0zqYnlrM&t=1855s> contém sua íntegra, para que eu, Rafael França Duarte dos Santos, Secretário, matrícula nº 201.828-1, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, em 21 de setembro de 2023. (a) Rafael França Duarte dos Santos - Secretário; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente.

Id: 2512748

Ato da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 6813/2023

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 23417/2023

R E S O L V E:

NOMEAR MARIA ELIANE SANTOS DE MORAIS, matrícula nº 432.001-6, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VII, símbolo CCDAL - 7, junto ao Gabinete do Deputado Renato Machado.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2023.
DEPUTADO RODRIGO BACELLAR, PRESIDENTE
DEPUTADO ROSENVERG REIS, 1º SECRETÁRIO

Despachos da Mesa Diretora

Em 26.09.2023

Processo nº:
16309/2023 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

Processo nº:
22405/2023 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

A MESA DIRETORA, em reunião realizada nesta data, decidiu deferir o solicitado no presente processo.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 20.09.2023

Processo nº:
***23439/2023 - RENATO MACHADO**
DEFERIDO.

*(Republificado por haver saído com incorreções no D.O. do dia 21.09.2023.)

Despachos do Primeiro Secretário

Em 26.09.2023

Processos nºs:

22824/2023 - ALBA VALERIA TEIXEIRA DE ALMEIDA

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de cancelamento de 01 (uma) cota do benefício Bolsa de Reforço Escolar.

21136/2023 - EMIL NUNES MOREIRA JUNIOR

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de devolução de 01 (uma) cota (s) do benefício Bolsa de Reforço Escolar.

21360/2023 - ADAMO MELLO FERREIRA

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de devolução de 01 (uma) cota (s) do benefício Bolsa de Reforço Escolar.

21363/2023 - GABRIELA MENDONÇA QUEIROZ BUZELIN

De acordo com as informações constantes no processo, DEFIRO o pedido de devolução de 01 (uma) cota (s) do benefício Bolsa de Reforço Escolar.

23072/2023 - SUBDIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

APROVO de acordo com o parecer da Subdiretoria Geral de Controle Interno, de fls. 32, a prestação de contas requerida pela servidora **CAROLINE MAXIMINO DE OLIVEIRA**.

1614/2023 - PATRICIA FREIMAM SPZZAMIGLIO

3185/2023 - ERICA PEREIRA DOS SANTOS

3223/2023 - ANDRE FELIPE CAMPOS DA COSTA

3235/2023 - MARIANA MEDALHA LEAL TEIXEIRA

3229/2023 - MARCIO TAVARES LUZ

3242/2023 - PAULA PINHEIRO GENEROSO

3243/2023 - ALINE VALERIO DOS SANTOS FERREIRA

3260/2023 - MARILANE CARVALHO OLIVEIRA

3318/2023 - DAVI MANOEL DA SILVA

3327/2023 - STEPHANNIE VICTORIA MARQUES LOPES

3329/2023 - ALEX VALIAS DA COSTA

3331/2023 - DAVID LIMA LINDGREN

3332/2023 - LERENO SOARES NETO